

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FACIC)  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**AUGUSTO CUSTÓDIO DE SOUSA**

**ESCOLHAS CONTÁBEIS NA MENSURAÇÃO APÓS RECONHECIMENTO DE  
PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO: um estudo sobre a relação com a criação e  
distribuição de riqueza da empresa**

**UBERLÂNDIA  
JULHO DE 2022**

**AUGUSTO CUSTÓDIO DE SOUSA**

**ESCOLHAS CONTÁBEIS NA MENSURAÇÃO APÓS RECONHECIMENTO DE  
PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO: um estudo sobre a relação com a criação e  
distribuição de riqueza da empresa**

Artigo acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Reiner Alves Botinha

**UBERLÂNDIA  
JULHO DE 2022**

## RESUMO

A escolha contábil realizada pelos gestores para mensuração posterior pelo método do custo ou valor justo nos itens patrimoniais disponíveis nas demonstrações contábeis têm impactos relevantes na tomada de decisão dos usuários internos e externos, principalmente em empresas de capital aberto. Tais escolhas contábeis, conforme exposto na literatura, podem ser influenciadas pelos interesses dos gestores. Não foram encontrados estudos que investigassem a geração de riqueza e sua forma de distribuição como possíveis motivações dos gestores na realização das escolhas contábeis. Com isso a presente pesquisa tem como objetivo identificar relações da escolha contábil feita pelos gestores na mensuração subsequente das Propriedades Para Investimento (PPI) pelo custo ou valor justo e o perfil de distribuição e geração de riqueza extraído da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) de empresas de capital aberto listadas na B3. A partir disso identificou-se as empresas com saldo de PPI sendo analisadas 91 empresas e aplicado teste não paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney. Como resultado, identificou-se que, embora a maioria das empresas optassem pelo custo histórico, mesmo com a recomendação do IASB para evidenciação e utilização do valor justo para reconhecimento posterior de PPI, quantidade representativa de empresas utilizam o custo histórico. Quanto a relação da escolha com a DVA, verificou-se que, a geração de riqueza apresentou diferença estatística entre os grupos de empresas que optaram por escolhas diferentes, sendo que empresas que optaram pelo custo histórico apresentaram uma mediana de valor adicionado total maior que as optaram pelo valor justo, assim como maior distribuição de riqueza em dividendos.

**Palavras-chave:** Propriedades para Investimento. Demonstração do Valor Adicionado. Escolhas Contábeis.

## **ABSTRACT**

*The accounting choice made by managers for later measurement by the cost or fair value method in the equity items available in the financial statements has relevant impacts on the decision-making of internal and external users, especially in publicly traded companies. Such accounting choices, as shown in the literature, can be influenced by the interests of managers. No studies were found that investigated the generation of wealth and its form of distribution as possible motivations for managers in making accounting choices. Thus, the present research aims to identify relationships between the accounting choice made by managers in the subsequent measurement of Investment Properties (PPI) at cost or fair value and the distribution and generation profile of wealth extracted from the Value Added Statement (DVA) of publicly traded companies listed on B3. From this, companies with PPI balance were identified, 91 companies were analyzed and the Wilcoxon-Mann-Whitney non-parametric test was applied. As a result, it was identified that, although most companies opted for historical cost, even with the IASB's recommendation for disclosure and use of fair value for later recognition of PPI, a representative number of companies use historical cost. As for the relationship of choice with the DVA, it was found that the generation of wealth showed a statistical difference between the groups of companies that opted for different choices, and companies that opted for the historical cost presented a median of total added value greater than the opted for fair value, as well as greater distribution of wealth in dividends.*

**Keywords:** *Investment Properties. Value added statement. Accounting Choices.*

## 1 INTRODUÇÃO

O mercado econômico e financeiro é repleto de informações, sejam elas teóricas ou realistas e para continuidade do negócio é necessário buscar novos diferenciais pelos diversos métodos de análises de forma estratégica. A exigência do mercado em gerar informação é impactante tanto no caráter interno ou externo visando expansão dos negócios que acarreta uma competitividade entre os setores, independentemente do tamanho da entidade (GUESSER; FEDRIGO; EINSWEILLER, 2018).

Sobre o olhar do gestor é determinado o tratamento contábil que seja adequado à essência econômica da operação, desta forma, cabe ao mesmo a responsabilidade de considerar as características qualitativas fundamentais da relevância e da representação fidedigna da demonstração contábil apresentada pelo mesmo (BOTINHA; LEMES, 2016).

É necessário compreender as decisões gerenciais das escolhas contábeis dado que o órgão regulador contábil orienta e permite diferentes práticas para tratar o mesmo evento econômico, uma vez que, explica incentivos contratuais que estão por detrás da alavancagem financeira, onde existe fatores determinantes para a escolha contábil vinculada ao custo político, crescimento financeiro e retorno gerencial (COTRIN; ZANOLLA; CARMO, 2020).

Dada as tratativas gerenciais, a avaliação das Propriedades para Investimentos (PPI), pode ser mensurada pelo valor justo ou pelo custo histórico – uma escolha contábil –, ficando a critério do gestor avaliar o melhor método de reconhecimento a ser usado nas demonstrações contábeis. Contudo, devido da flexibilidade das IFRS, a escolha do gestor de uma empresa a mensurar o item ao valor justo e o gestor da outra empresa a mensurar item similar ao valor de custo histórico pode tornar as duas contas incomparáveis, mesmo sendo itens semelhantes. (BOTINHA; LEMES, 2016).

O valor justo resulta em ganhos e perdas as quais afetam diretamente o resultado da empresa dando origem a informações para os usuários, em todo caso, a não ser em raros casos que o valor justo não possa ser mensurado de forma fidedigna, como o caso da Propriedade para Investimento (PPI) estar em construção, as empresas são obrigadas ao menos a divulgar o valor justo de PPI (COTRIN; ZANOLLA; CARMO, 2020).

Contudo, em alguns países a legislação solicita a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e o *International Accounting Standards Board* (IASB) incentiva a divulgação da

demonstração. De acordo com a legislação brasileira a DVA é obrigatória para as empresas de capital aberto, mas, as empresas notam que a partir do momento em que os usuários buscam as informações da DVA para sua tomada de decisão é de grande valia e importância a sua divulgação, dessa forma optam por divulgar a DVA afim de trazer a informação desejada pelos investidores (SANTOS; BOTINHA; LEMES, 2019).

A pesquisa tem como objetivo identificar relações da escolha contábil feita pelos gestores na mensuração subsequente das Propriedades Para Investimento (PPI) pelo custo ou valor justo e o perfil de distribuição e geração de riqueza extraído da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) de empresas de capital aberto listadas na B3. Assim, busca-se analisar a riqueza e seus perfis de distribuição como possíveis determinantes da decisão dos gestores em suas tomadas de decisões para a escolha da mensuração ao custo histórico ou valor justo das Propriedades para Investimento. Para isso serão utilizadas as informações divulgadas nas demonstrações contábeis e em suas notas explicativas informadas aos usuários externos.

O estudo justifica-se na busca por padrões de escolhas realizadas pelos gestores da área de cada entidade para decidir pela opção do custo histórico ou do valor justo mediante a mensuração da Propriedade para Investimento das empresas listadas na B3. Observa-se na literatura uma carência de estudos associando as escolhas com as informações atinentes à DVA, para verificar se a escolha pode estar associada à busca por maior geração de riqueza e perfis determinantes de distribuição, devido a carência ou falta de continuidade ao estudo. Espera-se que ele irá contribuir para literatura contábil e para os usuários interessados em estudos sobre as escolhas contábeis bem como sobre DVA.

Nessa perspectiva, a contribuição objetivada na pesquisa consiste em: (i) identificar se as empresas com PPI têm optado ao método de mensuração ao valor justo ou do custo histórico; e (ii) identificar novas possíveis características que possam fornecer explicações para as escolhas contábeis dos gestores da empresa, sobretudo para mensuração subsequente de PPIs. Além disso, espera-se que a pesquisa atenda à necessidade visível de mais investigações sobre o tema escolhas contábeis.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Demonstração do valor adicionado**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), tem como finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição em um determinado período e em sua primeira parte apresenta de forma detalhada a riqueza criada pela empresa, incluindo as receitas com vendas e prestação de serviços, dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direito de franquias, etc (CPC 09, 2008).

A DVA vem sendo estimulada no Brasil, desde a década de 1980, pois a criação e distribuição da riqueza gerada pela empresa deveriam ser evidenciadas em um demonstrativo. A demonstração é utilizada como medida de desempenho nos Estados Unidos, pois, ela faz importante ponte através dos dados da DVA, a partir dela consegue-se alcançar seus usuários, afim de transmitir informação para a tomada de decisão, principalmente investidores, pois a análise da DVA é um ponto importante para acesso a mercados, aquisição de produtos financeiros, dentre outras importantes concessões (SANTOS; BOTINHA; LEMES, 2019).

A DVA no contexto social da contabilidade se propõe a fornecer conhecimento de informações de natureza econômica e social construindo uma relação da entidade com seus usuários internos e externos, pois a demonstração mostra como a riqueza da entidade é gerada e como ela é distribuída (MACEIRA; LYRIO; ALMEIDA, 2017).

As demonstrações contábeis são instrumentos de tomadas de decisões para usuários internos e externos da entidade, que é até mesmo de grande valia para grandes mercados, como o mercado acionário, desta forma, é necessário que os dados sejam representantes fidedignos da realidade da entidade (SANTOS; BOTINHA; LEMES, 2019).

Por meio da DVA é possível identificar como a entidade contribui para cada segmento com o qual ela se relaciona e tal demonstração contribui para o desenvolvimento econômico social das empresas, ou seja, quanto uma entidade é proveniente de contribuir para uma região, visando a eficiência vinculadas a produção, direcionada ao cálculo do PIB (GUESSER; FEDRIGO; EINSWEILLER, 2018).

Com a vigência da Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, a divulgação da DVA no Brasil passou a ser exigida para empresas classificadas como Sociedade Anônima (S/A), dessa forma nas outras sociedades a divulgação é opcional. Contudo, é recomendado que todas as empresas adotem a demonstração (SANTOS; BOTINHA; LEMES, 2019).

Desta forma, a DVA intermedia a informação referente aos benefícios oferecidos a sociedade, por exemplo, a utilização da mão de obra da sociedade em que estão inseridas e informar sua contribuição para o meio socioeconômico da geração de riquezas para a economia

e assim demonstrar a forma como essa riqueza gerada pela entidade por meio de trabalho coletivo e a distribuição entre os componentes que contribui para sua prosperidade (SOUSA; FARIA, 2018).

## 2.2 Definição e estrutura da DVA

A DVA, é uma demonstração que tem como finalidade evidenciar a distribuição da riqueza da empresa e é dividida em duas partes onde em sua primeira parte, deve apresentar de forma detalhada a riqueza criada pela entidade e a segunda parte deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída (CPC 09, 2008). Dessa forma evidencia-se na seguinte sequência.

A DVA deve ser elaborada detalhadamente e obrigatoriamente, da seguinte forma: (a) pessoal e encargos; (b) impostos, taxas e contribuições; (c) juros e aluguéis; (d) juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos; (e) lucros retidos/prejuízos do exercício. Há modelos para cada segmento de atividades: Modelo 1 aplicável às empresas em geral, enquanto para atividades específicas, tais como atividades de intermediação financeira (instituições financeiras bancárias) e de seguros, devem ser utilizados os modelos específicos (CPC 09, 2008).

Primeiramente, as receitas, que são as vendas de mercadorias, produtos e serviços - inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), ou seja, equivale ao faturamento bruto, mesmo quando na demonstração do resultado tais tributos estejam fora da contagem dessas receitas. As outras receitas segue o mesmo preceito anterior. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), inclui os valores relativos à constituição e reversão dessa conta (CPC 09, 2008).

Os insumos adquiridos de terceiros são compostos pelo custo dos produtos das mercadorias e dos serviços vendidos. Também é apropriado materiais, energia, serviços de terceiros e outros, mas não inclui gastos com pessoal próprio. Perda e recuperação de valores ativos - inclui valores relativos a ajustes por avaliação a valor de mercado de estoques, imobilizados, investimentos etc. Também devem ser incluídos os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas por desvalorização de ativos, conforme aplicação do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de



Ativos (se no período o valor líquido for positivo, deve ser somado). Depreciação, amortização e exaustão - inclui a despesa ou o custo contabilizado no período (CPC 09, 2008).

Valor adicionado recebido em transferência, que é o resultado de equivalência patrimonial - o resultado da equivalência pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo. Receitas financeiras - inclui todas as receitas financeiras, inclusive as variações cambiais ativas, independentemente de sua origem. Outras receitas - inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia etc. (CPC 09, 2008).

Deste modo, das receitas são subtraídos os insumos adquiridos de terceiros e a depreciação, amortização e exaustão, chegando ao valor adicionado líquido produzido pelas entidades. Soma-se o valor adicionado recebido em transferência e se obtém o valor adicionado total à distribuir, ou seja, a riqueza total da empresa à distribuir.

Na segunda parte tem-se a evidenciação da distribuição aos agentes funcionários, governo, terceiros e capital próprio.

Remuneração com o pessoal, apropriados ao custo e ao resultado do exercício na forma de remuneração direta, representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração, férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc e também os benefícios, representados pelos valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc, incluso o FGTS (Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço), representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados (CPC 09, 2008).

Impostos, taxas e contribuições - valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições ao INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos. Dessa forma exemplificando temos os impostos federais que inclui os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal. Os impostos estaduais, que inclui os tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias etc., tais como o ICMS e o IPVA. E os impostos municipais, que inclui os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que

são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU (CPC 09, 2008).

Remuneração de capitais de terceiros, que são os valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital. Os juros, inclui as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período. Os aluguéis (as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos. E outras, que inclui remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais, etc (CPC 09, 2008).

Remuneração de capitais próprios - valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas. Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos - inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados. Lucros retidos e prejuízos do exercício - inclui os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo. As quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, independentemente de serem registradas como passivo (JCP a pagar) ou como reserva de lucros, devem ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que devem ser imputados (CPC 09, 2008).

### **2.3 Propriedades para investimentos e as escolhas contábeis**

De acordo com o CPC 28, Propriedade para Investimento é a propriedade (terreno ou edifício – ou parte de edifício – ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário como ativo de direito de uso) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas e, não, para: uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas; ou venda no curso ordinário do negócio. Propriedade ocupada pelo proprietário é a propriedade mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário como ativo de direito de uso) (CPC 28, 2009).

As PPIs, são mantidas para angariar renda ou para sua valorização ou para ambas, desta forma encontra-se no subgrupo de Investimentos, dentro do Ativo não Circulante. As PPIs, geram um fluxo de caixa altamente independente dos outros ativos mantidos pela empresa e isso difere as Propriedades para Investimento das propriedades ocupadas pelos proprietários (CPC 28, 2009).

A PPI nada mais é que a propriedade (terreno ou edifício) mantida pelo proprietário (ou arrendatário em arrendamento financeiro) para gerar aluguel ou para valorização do capital ou para ambas. O pronunciamento estabelece duas formas de mensuração para tais ativos: pelo método do custo ou pelo método do valor justo. (SANTOS; FLORIANI; KLANN, 2018)

Mesmo que a empresa opte pelo registro ao custo histórico, as entidades são obrigadas a fornecer os valores justos de PPI, seja no balanço patrimonial sob a opção do modelo do valor justo no regime de reconhecimento ou no regime de divulgação em notas explicativas, ou seja, quando se reconhece pelo modelo do custo, deve-se em nota explicativa informar o valor justo da PPI. Pesquisas realizadas em diversos países concluem que a opção feita pelos gestores pelo valor justo é devida à perda que o reconhecimento pelo custo histórico traz na mensuração da PPI (COTRIN; ZANOLLA; CARMO, 2020).

Desta forma, a possibilidade de os gerentes das empresas escolherem um ou outro método de avaliação permite que os relatórios contábeis divulguem lucros mais elevados, talvez pelo início de gerenciamento de resultado e identifica se a confiabilidade da empresa aumenta caso haja auditoria (ANDRADE; SILVA; MALAQUIAS, 2013).

As Propriedades para Investimento devem ser mensuradas inicialmente pelas entidades pelo custo histórico mais os custos de transação, posteriormente de acordo com a política da empresa deve avaliá-la pelo método de custo ou valor justo. A escolha do método impacta na Demonstração do Resultado, pois, ao custo histórico há depreciação/impairment/ganhos e perdas realizados e no valor justo ganhos e perdas no resultado mesmo que realizado ou não (COTRIN; ZANOLLA; CARMO, 2020).

A escolha do custo histórico ou valor justo é determinante para a variação do resultado da empresa, pois, quando opta pelo método de custo o ativo deve ser apresentado pelo seu custo menos depreciação/amortização e perda por *impairment*; caso opte pelo valor justo, os ativos devem ser mensurados pelo seu valor justo, o qual se torna a base nas mensurações subsequentes para os cálculos de diminuição citados. Dessa forma o cálculo do PPI é reconhecido diretamente no resultado do exercício (SOUZA; LEMES, 2015).

A escolha pelo valor justo ganhou preferência após o processo de harmonização das normas contábeis, pois há indícios de uma preferência pelos órgãos reguladores responsáveis pelas normas internacionais de contabilidades, dado que entre as mudanças disponibilizadas pelas normas ressaltam a utilização do valor justo para alguns ativos como: Propriedade para Investimentos, instrumentos financeiros e ativos biológicos (RIBEIRO *et al.*, 2020).

## **2.4 Escolhas gerenciais Valor Justo x DVA**

A elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis são consequência das escolhas contábeis, ou seja, os gestores das empresas têm várias opções para o reconhecimento, divulgação e mensuração dos eventos econômicos. Qualquer decisão que possibilite influenciar no resultado da empresa é de fato uma escolha contábil. Então o gerenciamento de resultados na elaboração das demonstrações, decorre de escolha contábeis (HASSIM; PAULUCCI; CIASCA, 2019).

A mensuração do valor justo comumente é justificada pela relevância das decisões dos usuários das demonstrações contábeis e por proporcionar valor de ganhos mais esperados e oportunos, uma vez que é visado um maior fluxo de caixa. Essa característica, torna-o superior ao método de custo histórico com relação as características qualitativas das informações contábeis (RIBEIRO *et al.*, 2020).

Nota-se o vínculo da DVA e do valor justo, a partir da ideia de que o primeiro passo na elaboração de uma DVA é o valor da receita. Utilizando como exemplo os ativos biológicos, o Pronunciamento Técnico que trata dos ativos biológicos estabelece que o ganho ou perda do ativo biológico originado da oscilação do valor justo deve ser incluído na demonstração do resultado do exercício, conseqüentemente deve ser considerado na Demonstração do Valor Adicionado (SALOTTI; SANTOS, 2015). O mesmo acontece para PPI, pois após a adoção pelas normas internacionais exige o reconhecimento ao valor justo o qual o ganho ou perda dos ativos é reconhecido no resultado na empresa.

Entretanto, escolhas contábeis nada mais é que a opção dos gestores através do estudo das normas internacionais de contabilidade para mensuração do item, como por exemplo a Propriedade para Investimento que pode ser para valorização ou recebimento de aluguel entre outras variáveis que influencia na decisão, que não é a mesma coisa que gerenciamento de resultados, pois, gerenciamento de resultado é uma prática que merece atenção, pois, pode ter

a intenção de mascarar a real situação financeira e econômica da empresa, desta forma, quanto maior a amplitude das interferências em um sistema da informação, menor é a utilidade para os investidores. Então, existe uma dificuldade em identificar as diferentes motivações e procedimentos que os gestores possuem, para realizarem a escolha do custo ou valor justo do item (HASSIM; PAULUCCI; CIASCA, 2019).

Cabe ressaltar que, as escolhas contábeis estão presentes nas três etapas da prática contábil que são: reconhecimento, que seria como reconhecer o evento econômico; mensuração, que seria qual método de avaliação utilizar e a divulgação, evidenciando ou não determinada informação, pois, são pilares da decisão do valor justo para mensuração da Propriedade para Investimento que está diretamente ligada a geração de informações para tomada de decisão dos usuários internos e externos (HASSIM; PAULUCCI; CIASCA, 2019).

A DVA se torna uma demonstração relevante em países emergentes, pois é possível perceber a contribuição econômica para cada segmento o qual ela se relaciona, constituindo - se no Produto Interno Bruto podendo ser calculado através das despesas, renda e produção. Mas, para economia o cálculo do PIB se baseia na produção enquanto a contabilidade se fundamenta na realização de receita (SOUSA; FARIA, 2018). Então, a correlação do PIB e DVA nada mais é que identificar a contribuição econômica da entidade, ao ponto de impactar em decisões de empresas estrangeiras no investimento em países emergentes podendo gerar um efeito social.

No contexto econômico o valor adicionado é a mensuração das atividades de uma nação, o quanto as operações produtivas agregam de valor aos insumos adquiridos, já no âmbito contábil é considerado as transações econômicas ocorridas dentro do ambiente de uma empresa com base nas vendas e não no seu processo produtivo (SOUSA; FARIA, 2018). Visto que o ganho da valorização ou aferição de renda de uma PPI é visto como uma receita não operacional, e tal ganho tem relação direta com a escolha contábil do ativo a valor justo.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O estudo teve como objetivo efetivar uma pesquisa descritiva, que na concepção de Gil (1999), tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A abordagem foi quantitativa, que segundo Richardson (1999, p.70) é caracterizado pela “quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, as mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc”.

Quanto à coleta de dados, foi documental com base em dados secundários, onde a amostra da pesquisa será coletada na lista de empresas da B3, restringidas a empresas com saldo de PPI, pois, tal item do balanço patrimonial será a fonte de estudo devido a possibilidade de escolha gerencial entre custo histórico e valor justo utilizando as demonstrações contábeis padronizadas e as informações na Economática®. O Quadro 1 demonstra as etapas de seleção das empresas amostrais.

**Quadro 1 – Seleção das empresas da amostra no sistema Economática®**

Empresas brasileiras com ações negociadas na B3, listadas no Economática® em atividade (em 01/10/2021).	884
Empresas com mais de 1 classe de ativo negociado (sendo selecionado o de maior volume no último mês) e/ou CNPJ repetidos.	(225)
Empresas que não possuem saldo de PPI em 2019.	(560)
Empresas sem informações suficientes para pesquisa	(8)
Total de empresas que fará parte da pesquisa.	91

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa.

Para essa pesquisa, foi utilizada uma amostra de 91 empresas que estão listadas da B3 durante o ano de 2019, que terá como objetivo identificar a relação entre a formação e distribuição da riqueza das empresas e as escolhas contábeis para mensuração subsequente de PPIs.

Foram analisadas as empresas filtradas no Quadro 1 no período de 2019, pois é o ano que antecede a pandemia e pode analisar um ambiente próximo ao comum, ou seja, sem pandemia, onde aplica o teste estatístico de correlação: Teste de Correlação de Mann-Whitney que é indicado para comparação de dois grupos não pareados para se verificar se pertencem ou não à mesma população e cujos requisitos para aplicação do teste t de Student não foram cumpridos.

Desta maneira, o Quadro 2 a seguir disponibiliza as variáveis, descrições e métricas que foi utilizada a fim de trazer maior entendimento a pesquisa.

Quadro 2 – Variáveis Analisadas

Variável-Sigla	Descrição	Métricas e Estudo Anteriores
Escolha Contábil - EC	Escolha Contábil	<b>Métrica:</b> 0 = custo; 1 = valor justo <b>Fonte:</b> Botinha; Lemes, 2016.
Riqueza - RIQ	Total da riqueza da empresa, indicada pelo valor adicionado total a distribuir.	<b>Métrica:</b> Valor adicionado total a distribuir (riqueza total). <b>Fonte:</b> De Luca et al. (2009, p. 136 e 137).
Pessoal - PES	Participação dos empregados no Valor Adicionado Total à Distribuir	<b>Métrica:</b> Valor adicionado distribuído a pessoal / Valor adicionado total a distribuir. <b>Fonte:</b> De Luca et al. (2009, p. 136 e 137).
Governo - GOV	Participação do governo no Valor Adicionado Total à Distribuir	<b>Métrica:</b> Valor adicionado distribuído ao Governo/ Valor adicionado total a distribuir. <b>Fonte:</b> De Luca et al. (2009, p. 136 e 137).
Terceiros - TERC	Participação de terceiros no Valor Adicionado Total à Distribuir	<b>Métrica:</b> Valor adicionado distribuído a terceiros/ Valor adicionado total a distribuir. <b>Fonte:</b> De Luca et al. (2009, p. 136 e 137).
Capital Próprio - PROP	Participação do capital próprio no Adicionado Total à Distribuir	<b>Métrica:</b> Valor adicionado distribuído pelo capital próprio/ Valor adicionado total a distribuir. De Luca et al. (2009, p. 136 e 137). <b>Fonte:</b> Botinha; Lemes, 2016.
Distribuição de Lucros - DIV	Participação da distribuição de lucros no Valor Adicionado Total à Distribuir	<b>Métrica:</b> Valor adicionando dos dividendos distribuídos/ Valor adicionado total a distribuir. <b>Fonte:</b> De Luca et al. (2009, p. 136 e 137).
Tamanho - TAM	Tamanho da empresa medida pelo saldo de ativo total.	<b>Métrica:</b> Saldo do ativo total <b>Fonte:</b> Botinha; Lemes, 2016.
Lucratividade - LUC	Resultado líquido do Período	<b>Métrica:</b> Valor total do Lucro da empresa no período. <b>Fonte:</b> Economática®.
Valor de Mercado - VM	Valor de mercado total da empresa no período	<b>Métrica:</b> Preço da ação x número de ações existentes <b>Fonte:</b> Economática®.
Proporção - PPIPROP	Proporção de PPI com relação ao ativo total	<b>Métrica:</b> Relação entre PPI/Ativo Total <b>Fonte:</b> Botinha; Lemes, 2016.
Sector - SET	Sector das empresas	<b>Métrica:</b> 1 = Bens industriais; 2 = Consumo cíclico; 3 = Consumo não cíclico; 4 = Financeiro; 5 = Materiais básicos; 6 = Outros; 7 = Petróleo gás e biocombustíveis; 8 = Saúde; 9 = Utilidade pública <b>Fonte:</b> Economática®.
Nível de Governança Corporativa - GCORP	Nível de governança corporativa	<b>Métrica:</b> 1 = Tradicional e não classificadas; 2 = Nível 1; 3 = Nível 2; 4 = Novo Mercado <b>Fonte:</b> Economática®.

Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nessas variáveis, foi realizado um teste de estatística descritiva que será apresentado no próximo tópico de análise de resultados. Para verificar a relação entre as variáveis, foi aplicado o teste de correlação. Para identificar o modelo apropriado, foi aplicado

o teste de normalidade dos dados de Shapiro-Francia. Por meio do teste foi identificada a não normalidade da distribuição dos dados.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para analisar o comportamento das variáveis como resultados iniciais obtidos nesta pesquisa, foi aplicada a estatística descritiva dos dados. Inicialmente foi aplicado o teste de normalidade dos dados, por meio do Teste de normalidade de Shapiro-Francia. A Tabela 1 evidencia os dados do Teste de normalidade de Shapiro-Francia.

**Tabela 1 - Teste de normalidade de Shapiro-Francia**

Variáveis	Obs	W'	V'	z	Prob>z
RIQ	91	0.57765	35.569	7.016	0.00001
PES	91	0.67112	27.698	6.525	0.00001
GOV	91	0.65468	29.082	6.620	0.00001
TERC	91	0.65055	29.43	6.644	0.00001
PROP	91	0.50189	41.95	7.340	0.00001
DIV	91	0.67402	27.453	6.507	0.00001
TAM	91	0.66525	28.191	6.559	0.00001
LUC	91	0.71827	23.726	6.221	0.00001
VM	74	0.63837	25.741	6.296	0.00001
PPIPROP	91	0.62459	31.616	6.784	0.00001

Legenda: RIQ: Riqueza; PES: Pessoal; GOV: Governo; TERC: Terceiros; PROP: Capital Próprio; DIV: Distribuição de Lucros; TAM: Tamanho ou Total do ativo; LUC: Lucratividade; VM: Valor de Mercado; PPIPEOP: Relação de PPI com ativo total.

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa.

Analisando o p-value do teste, observa-se valores menores do que 0,05, ou seja, quer dizer que os dados não apresentam distribuição normal, e é necessário aplicar um teste de correlação específico para os indicadores. A tabela 2 indica a distribuição pela opção do custo ao valor justo a nível setorial e governança corporativa. A tabela 3 indica a estatística descritiva das variáveis quantitativas.



Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis qualitativas

Setor	Todas	Custo Histórico		Valor Justo	
	Freq.	Freq.	Freq. Rel.	Freq.	Freq. Rel.
Bens industriais	15	5	33.3%	10	66.7%
Consumo cíclico	24	8	33.3%	16	66.7%
Consumo não cíclico	10	6	60.0%	4	40.0%
Financeiro	19	7	36.8%	12	63.2%
Materiais básicos	6	4	66.7%	2	33.3%
Outros	1	0	0.0%	1	100.0%
Petróleo gás e biocomb.	2	0	0.0%	2	100.0%
Saúde	3	2	66.7%	1	33.3%
Utilidade pública	11	7	63.6%	4	36.4%
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>39</b>	<b>42.9%</b>	<b>52</b>	<b>57.1%</b>
Níveis Gov. Corporativa	Freq.	Freq.	Freq. Rel.	Freq.	Freq. Rel.
Tradicional e não listados	36	13	36.1%	23	63.9%
Nível 1	8	1	12.5%	7	87.5%
Nível 2	6	6	100.0%	0	0.0%
Novo Mercado	41	19	46.3%	22	53.7%
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>39</b>	<b>42.9%</b>	<b>52</b>	<b>57.1%</b>

Legenda: Freq.: Frequência; Freq. Rel.: Frequência Relativa

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa.

A análise informa que 57,1% das empresas a nível setorial têm maior representatividade pelo valor justo, onde o setor que aprestou maior índice na amostra foi o consumo cíclico. Os setores que tiveram maior representação ao valor justo em relação ao custo histórico, foram os setores de bens industriais, consumo cíclico, setor financeiro. E os setores que tiveram maior representação ao custo histórico, foram os de utilidade pública, consumo não cíclico, materiais básicos, dessa forma, há um conservadorismo nesse grupo de setores.

Em relação aos níveis de governança corporativa, nos níveis mais tradicionais utilizaram em maior grau o valor justo, no nível 1 a maioria das empresas foram representadas pelo valor justo, no nível 2 pelo custo histórico, indicando mais uma vez um conservadorismo da classe que tem maior nível de governança corporativa. Já no novo mercado que é o melhor nível de governança corporativa teve maior índice pelo valor justo, mas também teve uma boa representatividade na escolha pelo custo histórico onde nota-se uma proximidade nas escolhas.

Desta forma, é possível identificar que a maior representatividade tende ao método de custo histórico na mensuração da PPI, notando uma atitude conservadora, mesmo com a flexibilidade permitida pelas normas por meio das escolhas e a inserção do método do valor justo, tendem ao custo histórico, o método mais utilizado (BOTINHA; LEMES, 2016).

Na prática, a reavaliação a valor justo para as PPIs de acordo com as métricas analisadas nota-se que pode não haver um volume considerável a tal avaliação, devido normas exigirem

que a empresa informe tal reavaliação em suas notas explicativas atribuindo uma dificuldade em atender tal exigência, tendo que buscar no mercado profissionais aptos para execução dos procedimentos elevando os custos. Contudo, há um volume considerável de 42,9% de representatividade que optaram pela apropriação de custo histórico para as PPIs, A Tabela 3 apresenta a estatística descritiva das variáveis quantitativas.

**Tabela 3 - Estatística descritiva das variáveis quantitativas**

<b>Todos as empresas da amostra</b>						
<b>Variável</b>	<b>Obs.</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>DesvPad</b>	<b>Mín</b>	<b>Máx</b>
riq	91	1.988.104,00	500.128,00	3.649.400,00	-271.731,00	20.900.000,00
pes	91	0,28	0,29	0,39	-1,42	2,79
gov	91	0,27	0,25	0,33	-0,84	2,57
terc	91	0,23	0,18	0,53	-1,85	3,53
prop	91	0,22	0,19	1,11	-7,89	3,64
div	91	0,03	0,00	0,08	-0,46	0,46
tam	91	9.190.753,00	2.419.995,00	14.100.000,00	63.671,00	58.500.000,00
luc	91	359.561,80	93.335,00	692.309,60	-568.628,00	3.367.517,00
vm	74	8.655.868,00	2.171.831,00	14.100.000,00	3.581,80	87.200.000,00
ppiprop	91	0,15	0,01	0,25	0,00	0,90
<b>Empresas que adotaram o custo histórico</b>						
<b>Variável</b>	<b>Obs.</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>DesvPad</b>	<b>Mín</b>	<b>Máx</b>
riq	39	2.891.965,00	923.181,00	4.486.213,00	-87.265,00	20.900.000,00
pes	39	0,27	0,29	0,36	-1,42	1,11
gov	39	0,28	0,26	0,21	-0,40	0,75
terc	39	0,20	0,17	0,33	-0,83	1,67
prop	39	0,25	0,21	0,74	-2,52	3,64
div	39	0,06	0,04	0,09	0,00	0,46
tam	39	12.900.000,00	2.956.464,00	17.800.000,00	199.872,00	58.500.000,00
luc	39	547.201,40	138.104,00	868.287,50	-318.072,00	3.367.517,00
vm	31	13.000.000,00	5.820.736,00	18.300.000,00	41.890,00	87.200.000,00
ppiprop	39	0,06	0,00	0,17	0,00	0,82
<b>Empresas que adotaram o valor justo</b>						
<b>Variável</b>	<b>Obs.</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>DesvPad</b>	<b>Mín</b>	<b>Máx</b>
riq	52	1.310.208,00	375.092,00	2.722.747,00	-271.731,00	14.100.000,00
pes	52	0,29	0,29	0,42	-0,43	2,79
gov	52	0,26	0,22	0,40	-0,84	2,57
terc	52	0,24	0,22	0,65	-1,85	3,53
prop	52	0,20	0,16	1,33	-7,89	2,89
div	52	0,01	0,00	0,07	-0,46	0,16
tam	52	6.372.761,00	2.222.958,00	9.830.659,00	63.671,00	44.900.000,00
luc	52	218.832,20	39.020,50	486.771,50	-568.628,00	2.062.869,00
vm	43	5.506.687,00	614.500,00	9.099.901,00	3.581,80	46.300.000,00
ppiprop	52	0,21	0,06	0,29	0,00	0,90

Legenda: RIQ: Riqueza; PES: Pessoal; GOV: Governo; TERC: Terceiros; PROP: Capital Próprio; DIV: Distribuição de Lucros; TAM: Tamanho ou Total do ativo; LUC: Lucratividade; VM: Valor de Mercado; PPIPEOP: Relação de PPI com ativo total.

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa.

Com base na análise quantitativa, a Tabela 3 de acordo com as medianas calculadas informa que as variáveis de riqueza, pessoal, governo, terceiros, capital próprio, distribuição de lucros, tamanho, valor de mercado, tem maior atribuição ao custo histórico, ou seja, as empresas com maior riqueza, que tem maior remuneração com pessoal, governo, com terceiros, tem maior capital próprio, distribui mais lucros, tem o maior tamanho de acordo com o total de ativos, possui maior valor de mercado tendem a optar pelo conservadorismo, logo, custo histórico.

Contudo, as empresas com maior proporção de PPI tendem a ter maior mediana ao valor justo, logo, as empresas que têm maior proporção de PPI relacionado ao ativo total, tendem por uma opção mais arrojada, o qual é a do valor justo. Tal decisão, tende a valorização do ativo total da empresa.

Ao verificar a não normalidade dos dados, apontado pelo teste Shapiro-Francia, foi aplicado o teste Wilcoxon Mann-Whitney, conforme a Quadro 4, para inicialmente verificar se as diferentes médias (medianas no caso das variáveis com distribuição não normal) são de fato diferentes estatisticamente, para assim poder tecer inferências acerca dos resultados.

Tabela 4 - Tabela Teste de Wilcoxon Mann-Whitney

(continua)

		Custo Histórico	Valor Justo			Custo Histórico	Valor Justo
Riqueza	Obs	39	52	Gastos c/ Divid.	Obs	39	52
	Mediana	923181	375092		Mediana	0.040	0.000
	$\Sigma$ postos observados	2071	2115		$\Sigma$ postos observados	2211	1975
	$\Sigma$ postos esperados	1794	2392		$\Sigma$ postos esperados	1794	2392
	Sig. Estatística	0.0263			Sig. Estatística	0.0003	
	Decisão	<b>Rejeita H0</b>			Decisão	<b>Rejeita H0</b>	
Gastos com Pessoal	Obs	39	52	Proporção PPI	Obs	39	52
	Mediana	0.287	0.294		Mediana	11552	51928
	$\Sigma$ postos observados	1848.5	2337.5		$\Sigma$ postos observados	1337	2849
	$\Sigma$ postos esperados	1794	2392		$\Sigma$ postos esperados	1794	2392
	Sig. Estatística	0.6621			Sig. Estatística	0.0002	
	Decisão	<b>Aceita H0</b>			Decisão	<b>Rejeita H0</b>	
Gastos com Governo	Obs	39	52	Tamanho do Ativo	Obs	39	52
	Mediana	0.262	0.223		Mediana	2956464	2222958
	$\Sigma$ postos observados	1972	2214		$\Sigma$ postos observados	1961	2225
	$\Sigma$ postos esperados	1794	2392		$\Sigma$ postos esperados	1794	2392
	Sig. Estatística	0.1534			Sig. Estatística	0.1805	
	Decisão	<b>Aceita H0</b>			Decisão	<b>Aceita H0</b>	

Tabela 4 - Tabela Teste de Wilcoxon Mann-Whitney

(conclusão)

		Custo Histórico	Valor Justo			Custo Histórico	Valor Justo
Gastos c/ Terceiros	Obs	39	52	Lucro	Obs	39	52
	Mediana	0.169	0.219		Mediana	138104	39020.5
	∑ postos observados	1649	2537		∑ postos observados	2036	2150
	∑ postos esperados	1794	2392		∑ postos esperados	1794	2392
	Sig. Estatística	0.2449			Sig. Estatística	0.0523	
	Decisão	<b>Aceita H0</b>			Decisão	<b>Aceita H0</b>	
Gastos c/ Propriet	Obs	39	52	Valor de Mercado	Obs	31	43
	Mediana	0.214	0.162		Mediana	5820736	614500
	∑ postos observados	1831	2355		∑ postos observados	1393	1382
	∑ postos esperados	1794	2392		∑ postos esperados	1162.5	1612.5
	Sig. Estatística	0.7667			Sig. Estatística	0.0116	
	Decisão	<b>Aceita H0</b>			Decisão	<b>Rejeita H0</b>	

Fonte: elaborado pelo autor com base na pesquisa.

Os grupos que aceitam H0 não tem relação estatística com a escolha contábil, já as que rejeita H0 tem relação, onde é identificado o grupo de riqueza, gastos com dividendos, proporção de PPI e o valor de mercado.

A partir do teste da Tabela 4, a análise resulta na maior mediana atribuída ao valor justo ou custo histórico a partir dos itens estudados. Em relação a riqueza total, a maior mediana é atribuída ao custo histórico, gastos com pessoal teve maior mediana atribuída ao valor justo mesmo com a proximidade de valores, gastos com o governo teve maior mediana atribuída ao custo histórico, gastos com terceiros teve maior mediana atribuída ao valor justo, gasto com capital próprio atribuiu maior mediana para custo histórico, gastos com dividendos atribuiu maior mediana para custo histórico, proporção das Propriedades para Investimento atribuiu maior mediana para valor justo, tamanho do ativo atribuiu maior mediana para custo histórico, o lucro atribuiu maior mediana para o custo histórico e o valor de mercado atribuiu maior mediana ao custo histórico.

Desta forma, a análise mostra que as empresas que tiveram mais relevância mensuração da PPI ao custo histórico têm a maior riqueza, são as que pagam mais impostos, tem maior participação de acionistas, possuem maior tamanho a partir do ativo total, possuem maior lucro e possuem o maior valor de mercado.

Porém as empresas que tiveram mais relevância ao valor justo, tem uma maior remuneração com o pessoal, tem maior valor de financiamento externo e tem maior proporção de PPI.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal objetivo analisar a relação entre as grandezas distribuídas pela DVA e a escolha contábil pela mensuração da PPI ao custo ou valor justo através da metodologia descritiva com abordagem quantitativa. Para alcançar tal objetivo, foram analisadas 91 empresas listadas na B3, durante o período de 2019.

Após a análise dos resultados, foi possível verificar que, a escolha gerencial realizada pelas empresas na apropriação da PPI pelo custo ou valor justo correlacionando a distribuição realizada na DVA, nota-se um conservadorismo pela escolha do valor justo pelas empresas de com maior riqueza, que tem maior participação de acionista, com maior tamanho e maior valor de mercado, visto que a escolha pelo valor justo é mais arrojada de acordo com a análise que trouxe que tal opção tende a empresas que têm maior folha de pagamento, maior dívida com terceiros, contudo têm maior proporção de PPI.

Dessa forma, tais análises contribuem para a sociedade dando uma visão da tendência em questão de volume da adoção dos gestores na decisão da apropriação de PPIs ao custo ou valor justo, trazendo um olhar crítico no volume de empresas analisadas no ano de 2019. Mesmo os testes trazendo um volume maior de empresas optando pelo valor justo, há uma porcentagem considerável no volume de empresas tendendo ao custo histórico.

Espera-se que esta pesquisa tenha contribuído para a literatura ao ampliar a visão sobre a importância da escolha contábil das PPIs e o reflexo das decisões notadas advindas do estudo realizado junto a DVA.

Consideram-se limitações desta pesquisa a análise de empresas listadas somente na B3 no ano de 2019. Sugere-se, para pesquisas futuras, a ampliação da amostra para um período maior com adversidades como o ano de 2020 que houve o início e o pico de uma das maiores pandemias que o mundo já sofreu devido ao Covid-19, analisando comportamento das empresas antes e durante tal fato histórico.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M.E.M.C; SILVA, D.M; MALAQUIAS, R.F. Escolha contábeis em propriedades para investimento **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 9, n. 3, p. 22-37, 2013.
- BOTINHA, R. A.; LEMES, S. Escolha do uso do valor justo para propriedades para investimentos: uma influência das características de empresas listadas na BM&FBOVESPA e na NYSE. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 9, n. 1, p. 022-040, 2016.
- COTRIM, V. S.; ZANOLLA, E.; CARMO, C. H. S. Determinantes da Escolha Contábil em Propriedade para Investimento: Análise das Companhias Imobiliárias do Brasil, China e África do Sul. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 25, n. 2, p. 3-18, 2020.
- CPC 09. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 09: Demonstração do Valor Adicionado**. 2008. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- CPC28. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 28: Propriedade para Investimento**. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 30 set. 2021.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GUESSER, A.P.G; FEDRIGO, J; EINSWEILLER, A.C. Demonstração do valor adicionado: a evolução e a distribuição da riqueza das empresas catarinenses listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Ambiente Contábil**, v. 10. n. 1, p. 200 – 222, 2018.
- HASSIM, Y. L.; PAULUCCI, C. C.; CIASCA, D. N. Escolhas contábeis e as propriedades para investimento: o caso brasileiro em empresas do subsetor de exploração de imóveis listadas na B3. **Revista Liceu On-line**, v. 9, n. 2, p. 106-126, 2019.
- MACEIRA, F.F; LYRIO, E.F; ALMEIDA, S.R.V. Demonstração do valor adicionado: um estudo sobre a evidenciação das notas explicativas à luz do CPC00R1 e do CPC09. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 11, n. 2, p. 100 - 122, 2017.

RIBEIRO, J. P. M.; CALDAS, Álvaro J. R.; MOTA, A. F.; PAULO, E. Essencialidade do valor justo na avaliação das propriedades para investimento: Evidências no Brasil. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 19, n. 2, p. 273–298, 2020.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. Ed. São Paulo: Altas, 1999.

SALOTTI, B. M.; SANTOS, A. dos. Ativos biológicos na dva: o que vem sendo divulgado no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 23, p. 14-23, 2015.

SANTOS, A. A.; BOTINHA, R. A.; LEMES, S. Análise da Value Relevance da demonstração do valor adicionado nos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 18, n. 1, p. 1-16, abr. 2019.

SANTOS, C. A. D.; FLORIANI, R.; KLANN, R. C. Fatores Explicativos das Políticas Contábeis de Propriedade para Investimento e Hedge Accounting de Empresas Listadas na BM&FBovespa. **Gestão & Regionalidade**, v. 34, n. 102, p. 116-139, 2018.

SOUSA, T. S.; FARIA, J. A. Demonstração do valor adicionado (DVA): uma análise da geração e distribuição de riquezas das empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE)-B3. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 8, n. 2, p. 137-154, 2018.

SOUZA, F. E. A.; LEMES, S. A.; Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Mensuração Subsequente de Ativos Imobilizados, de Ativos Intangíveis e de Propriedades para Investimento em Empresas da América do Sul. **Revista de Contabilidade Finanças**, v. 27, n. 71, p. 169-184, 2016.